



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria dos Recursos Hídricos

ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
DO CEARÁ – CONERH

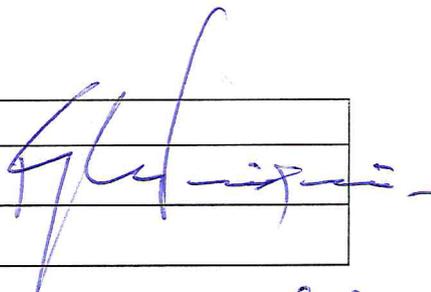
01 Aos 13 (treze) dias do mês de dezembro de 2017 (dois mil e dezessete), no auditório da
02 COGERH, foi realizada a 83ª Reunião Ordinária do CONERH, na qual estiveram
03 presentes os seguintes Conselheiros do CONERH: Francisco José Coelho Teixeira
04 (SRH), Paulo César Moreira de Sousa (SEINFRA), Daniel Charley Ferreira Umbelino
05 (SEPLAG), Marcella Facó Soares (CIDADES), Osvaldo Segundo da Costa Filho
06 (SEAPA), Milene Antunes de Alencar (SEDUC), Eduardo Martins Barbosa (SDA),
07 Sílvio Carlos Ribeiro Vieira Lima (SDE), Karlos Welby Néri Paiva e João Marcelo de
08 Andrade Alves (CBH), Maria Zita Timbó Araújo e Álvaro Ernesto Studart Teles
09 (DNOCS), Jadson Sarto Ângelo Oliveira de Pontes e Adahil Pereira de Sena
10 (SINDIÁGUA), Mailde Carlos do Rêgo (CREA), Renata Mendes Luna (UFC), Bruno
11 Aragão Martins de Araújo (UNIFOR), Helder dos Santos Cortez (CAGECE), João
12 Teixeira Júnior (FAEC), Antônio Renato Lima Aragão (FIEC). Do colegiado do
13 CONERH, estavam presentes 17 Instituições, representando 85% do Conselho e 20
14 Conselheiros entre titulares e suplentes. Como Secretaria-Executiva do CONERH -
15 Carlos Magno Feijó Campelo (titular) e Márcia Soares Caldas (suplente). Como
16 Assessoria Jurídica da SRH – Ricardo Veras Paz e Ana Cláudia Ferreira Dutra
17 Fernandes. Como convidados estavam presentes 20 participantes de diversas instituições
18 tais como: COGERH, SRH, Assembleia Legislativa, FUNCEME, FAPIO, Instituto Rio
19 Jaguaribe, SDA, CIDADES e SEMA. Ao todo estavam presentes 44 pessoas, entre
20 Conselheiros, Secretaria-executiva e Convidados, conforme lista de presença em anexo.
21 Foi registrada a **ausência** dos Conselheiros da SECITECE, SEMA e APRECE. Às nove
22 horas a Reunião foi iniciada pelo Presidente do CONERH e Secretário de Recursos
23 Hídricos, Dr. Francisco José Coelho Teixeira, que fez a abertura formal, agradeceu a
24 presença de todos e verificou o quorum, tendo portanto, 17 Instituições do Conselho,
25 número de membros acima do quorum regimental para o início da reunião. Logo em
26 seguida, o Sr. Carlos Campelo, Secretário Executivo do Conerh, apresentou a **pauta da**
27 **reunião de hoje: 1) Aprovação da ata da 82ª. Reunião Ordinária; 2) criação da**
28 **“Fonte Estadual dos Recursos Hídricos” (SRH); 3) apresentação sobre “minuta de**
29 **Lei que institui a Política Estadual sobre Serviços Ambientais e Ecossistêmicos do**

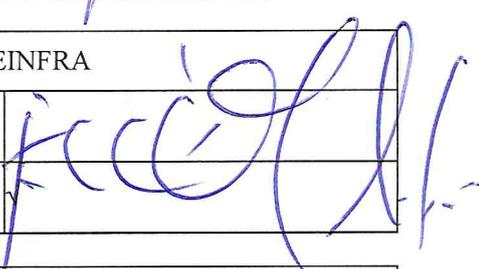
30 Ceará (SEMA); 4) Cenário climático para 2018 (FUNCEME); 5) Palavra facultada.
31 Em seguida foi passado para o primeiro ponto de pauta, que é a aprovação da ata da
32 82ª Reunião Ordinária, ocorrida em 14 de novembro de 2017, no auditório da Cogerh
33 para aprovação dos Conselheiros e a mesma foi APROVADA na íntegra e por
34 unanimidade dos conselheiros. No segundo ponto da pauta: criação da “Fonte
35 Estadual dos Recursos Hídricos” (SRH); em 2016 a Secretaria dos Recursos, criou
36 pela Portaria nº 001/2016, uma Comissão para desenvolver estudo sobre a
37 regulamentação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNERH). O grupo era
38 composto por Alcides da Silva Duarte, representando os Comitês de Bacias; Ricardo
39 Veras Paz e Carlos Magno Feijó Campelo representando a SRH; Marcílio Caetano de
40 Oliveira e Inah Maria de Abreu representando a COGERH; Antônio Martins da Costa
41 representando Assembleia Legislativa do Ceará. Sr. Carlos Magno, Secretário Executivo
42 do CONERH fez uma primeira explanação sobre a contextualização de como a proposta
43 foi construída para ser apresentada ao CONERH. Em seguida, Karine Machado,
44 Assessora da SRH, explanou sobre o porquê da mudança de FUNERH para Fonte de
45 Recursos Hídricos. A proposta é reformular a estratégia de financiamento dos recursos
46 hídricos de forma a viabilizar a aplicação dos recursos. Premissas: adotar a fonte
47 estadual de recursos hídricos como meio de financiamento da gestão de recursos
48 hídricos; Karine salientou que não está sendo alterada a Lei nº 14.844/2010 e sim
49 criando uma nova lei que dispõe sobre a criação da Fonte Estadual de Recursos
50 Hídricos. No entanto, a nova lei revogaria apenas o que está descrito na Lei nº
51 14.844/2010 no que diz respeito ao FUNERH. Karine apresentou a proposta de
52 Resolução do CONERH sobre a criação da Fonte Estadual de Recursos Hídricos. A
53 distribuição da fonte de recursos seria de 2% arrecadados com recursos da cobrança da
54 tarifa de água bruta, sendo 0,5% destinado à SRH e 1,5% destinado a FUNCEME. Além
55 disso, também esses recursos viriam de multas e taxas de emolumentos. Na lei está
56 previsto que a SRH e FUNCEME deverão apresentar relatório anual de aplicação dos
57 recursos. Após a apresentação, Secretário Teixeira (SRH) enfatizou que a forma de
58 “Fundo de Recursos” não funciona, por isso a proposta de mudança para a forma de
59 “Fonte de Recursos”. A gestão é dividida em dois pilares – operacional e de manutenção
60 que é feito pela Cogerh e poder normativo e de fiscalização que é feito pela SRH.
61 Teixeira frisou que a proposta visa fortalecer a parte de fiscalização da SRH com o apoio
62 dessa receita, estruturando as gerências regionais da Cogerh com a presença de pelo
63 menos um fiscal da SRH em cada gerência, que é quem tem poder de polícia. No caso da
64 FUNCEME, precisamos também fortalecer a rede hidrometeorológica da FUNCEME e

65 não podemos depender de entendimento de governo e representante institucional do
66 Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos (SIGERH), que ora é harmônico, mas
67 que pode mudar sua representação institucional em qualquer tempo. Nesta proposta,
68 queremos garantir que a Fonte de Recursos Hídricos estará normatizada para ser
69 investida dentro do SIGERH. O Conselheiro da FAEC, Sr. João Teixeira, indagou sobre
70 o impacto dessa fonte para o Sistema. Hoje a previsão de arrecadação da COGERH para
71 2018 é entorno de 120 milhões de Reais, tendo em vista a tarifa de contingência das
72 termelétricas, o que daria um valor de 2 milhões e 400 mil Reais, representando os 2%.
73 Teixeira deu um exemplo que a taxa de emolumentos este ano foi de 600 mil Reais, no
74 entanto, atualmente esse valor arrecadado vai direto para administração da SEFAZ. Se
75 mudarmos na lei, esse dinheiro viria direto para o SIGERH. No artigo 2º Zita sugeriu
76 que se adicionasse que esses 2% viriam da COGERH, porque só está descrito que é da
77 tarifa de cobrança de água bruta. O Conselheiro da SEPLAG indagou que o COGEF que
78 ele faz parte, irá questionar a destinação dos recursos. Teixeira explicou que o dinheiro
79 não sairá do Tesouro e sim direto da arrecadação da cobrança. A única coisa que pode
80 ser questionado é a taxa de emolumentos que não iria mais direto para o Tesouro e sim
81 especificamente para o SIGERH. O Conselheiro da SEPLAG ficou de defender essa
82 proposta de Fonte diante do COGEF. Karlos Welby questionou que não seria necessário
83 colocar o nome COGERH na destinação dos 2% porque está ligado a um instrumento de
84 gestão que é a tarifa da cobrança, se no futuro mudar o nome COGERH, fica a fonte
85 ligado a existência de uma instituição. Questionou ainda que como o FUNERH no seu
86 propósito inicial é que o CBH deliberasse sobre a destinação de recurso e isso está sendo
87 retirado. Karlos sugere que se coloque um percentual nessa Fonte de Recursos Hídricos
88 para deliberação dos CBHs. Teixeira ponderou que a Cogerh é que teria que decidir se
89 há um percentual disponível para deliberação dos CBHs e se isso seria colocado nesta
90 lei. Hoje será votado se colocamos um percentual nesta lei e aprovamos agora ou
91 criamos um grupo para discussão desta proposta para posterior votação. Teixeira
92 enfatizou que hoje os Comitês estão empoderados com o poder de decisão sobre a água
93 como por exemplo o baixo e médio Jaguaribe. Proposta: aprovar como está aqui e a
94 Cogerh estudar um percentual para ser deliberado pelos CBHs na lei de criação da
95 Cogerh. João Marcelo, Conselheiro suplente do CBH, enfatizou que eles têm um projeto
96 de revitalização do rio Acaraú e estão tendo dificuldade de encontrar recursos para
97 execução do projeto e se o CBH tivesse uma rubrica específica para deliberar. Em
98 votação, deliberou-se que não se coloca o nome da COGERH no Art. 2º; deliberou-se
99 também que na próxima reunião a Cogerh apresentará estudo sobre porcentagem de

100 arrecadação para deliberação dos CBHs; deliberou-se também no Art. 2º será detalhado
101 o que será destinado para SRH e FUNCEME nas outras fontes descritas. Passou-se então
102 para o terceiro ponto da pauta: apresentação sobre “minuta de Lei que institui a
103 Política Estadual sobre Serviços Ambientais e Ecossistêmicos do Ceará (SEMA);
104 foi apresentado por Mônica Freitas da SEMA, explanou sobre a construção do projeto –
105 700 mil reais – consultoria Consórcio STCP Ludovino Lopes para construção do projeto
106 junto com a SEMA. Atividades realizadas – elaboração de diagnóstico e proposta
107 técnica de projeto de lei sobre PSA no Ceará. Diversos setores foram convidados para
108 debater o assunto; levantamento jurídico legal que apresentasse os principais temas e
109 comparação de leis com outros estados brasileiros. Por fim, minuta preliminar para
110 sujeição em audiências regionais e consulta pública virtual. Nas audiências regionais
111 foram feitas três – bacias Metropolitanas, Salgado e Acaraú. As principais fontes de
112 recursos para o PSA – Recursos com Dotações Orçamentárias, Fundo Estadual do Meio
113 Ambiente, Fundos Internacionais e o Fundo Estadual de Recursos Hídricos. As etapas
114 do PSA seria avaliação dos projetos por um Comitê Científico para deliberação dos
115 recursos. Os programas que terão no PSA estão subdivididos em subprograma de
116 combate a desertificação, subprograma de conservação das águas dos recursos hídricos,
117 subprograma de conservação da biodiversidade e subprograma de gerenciamento
118 costeiro. Após a apresentação, Karlos Welby do CBH questionou sobre a continuidade
119 do projeto e a falta de ligação das fontes de recursos com os projetos. Mônica respondeu
120 que em cada subprograma são trabalhados projetos e a continuidade do projeto precisa
121 estar prevista no cronograma, mas como todo projeto tem um espaço temporal para ser
122 cumprido. No quarto ponto da pauta: **Cenário climático para 2018 (FUNCEME)**.
123 Foi apresentado pelo Sr. Eduardo Sávio, Presidente da FUNCEME. Ele frisou que ainda
124 não é a previsão oficial para 2018, mas são possíveis cenários que estão se apresentando.
125 Eduardo chamou atenção para os espelhos d’água que em 2013 eram 28.195 acima de
126 0,5 há e em 2016 era de 9.303 ha. Isto chama atenção que com a quantidade de pequenos
127 açudes, fica cada vez mais difícil encher os grandes reservatórios, então, o Presidente da
128 FUNCEME lançou um questionamento para reflexão: será que ainda cabe no Ceará ter
129 política de pequena açudagem? O cenário para 2018 é de La Niña, no entanto, ainda é
130 uma tendência fraca, no limite de quase moderada, mas ainda é fraca, pois há um
131 aquecimento mais ao sul do oceano Atlântico que caracteriza La Niña. A maior
132 tendência é uma condição neutra entre fevereiro a agosto. La Niña mais forte no começo
133 do ano, mas vem perdendo seu efeito até meados do primeiro semestre. No entanto, o
134 prognóstico oficial da FUNCEME só estará pronto na 2ª Quinzena de janeiro de 2018, o

135 que foi apresentado hoje foi apenas um cenário da situação metereológica atual. Em
 136 seguida, passou-se ao **quinto ponto de pauta: – palavra facultada.** Foi solicitado pela
 137 Conselheira da Secretaria das Cidades, Marcela Facó, que as apresentações do Conerh
 138 sejam disponibilizadas no site da SRH. Carlos Magno ficou de colocar mais uma aba no
 139 site da SRH na parte do Conerh, uma aba com o título “apresentações”. Teixeira falou
 140 do trabalho que foi apresentado pelo Palácio da Abolição acerca do livro sobre as
 141 experiências de gestão do Ceará no lidar com a seca; o mesmo ficou de disponibilizar o
 142 livro aos conselheiros na próxima reunião. **Encaminhamentos da reunião:** a) próxima
 143 reunião a Cogerh apresentará estudo sobre porcentagem de arrecadação que pode ser
 144 deliberado nos CBHs sobre sua destinação; b) no Art. 2º da minuta da Lei sobre Fonte
 145 de Recursos Hídricos, será detalhado o que será destinado para SRH e FUNCEME nas
 146 outras fontes descritas; c) inserir no site da SRH, na parte do CONERH, uma aba sobre
 147 apresentações do CONERH; d) procurar na Cagece cópias do livro sobre as experiências
 148 de gestão de recursos hídricos do Ceará no lidar com a seca para disponibilizar aos
 149 conselheiros na próxima reunião. Nada mais a relatar, eu, Márcia Soares Caldas,
 150 Secretária Executiva Suplente do CONERH lavrei a presente ata, que após lida e
 151 aprovada, será assinada pelo Presidente, pelo Secretário-Executivo, Conselheiros
 presentes e por mim.

RECURSOS HÍDRICOS - SRH		
TITULAR	FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA	✓ 
SUPLENTE	RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES	

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA		
TITULAR	JOAQUIM FIRMINO FILHO	
SUPLENTE	PAULO CÉSAR MOREIRA DE SOUSA	

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE		
TITULAR	INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA	AUSENTE
SUPLENTE	NAGYLA MARIA GALDINO DRUMOND	

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG		
TITULAR		
SUPLENTE	DANIEL CHARLEY FERREIRA UMBELINO	✓ 

SECRETARIA DAS CIDADES - CIDADES		
TITULAR	ALCEU DE CASTRO GALVÃO JÚNIOR	
SUPLENTE	MARCELLA FACÓ SOARES	✓ <i>Marcella Facó</i>

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA - SEAPA		
TITULAR	EUVALDO BRINGEL OLINDA	
SUPLENTE	OSVALDO SEGUNDO DA COSTA FILHO	✓ 

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC		
TITULAR	MILENE ANTUNES DE ALENCAR	✓
SUPLENTE	ANNA CECÍLIA CAVALCANTE FREITAS	

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA		
TITULAR	EDUARDO MARTINS BARBOSA	✓
SUPLENTE	EDSON FONTES SOBRINHO	

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA		
TITULAR	MARIA DIAS CAVALCANTE	AUSENTE
SUPLENTE	LÚCIA MARIA BEZERRA DA SILVA	

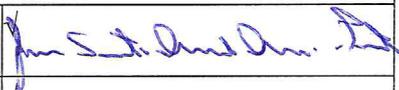
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE		
TITULAR		
SUPLENTE	SÍLVIO CARLOS RIBEIRO VIEIRA LIMA	✓

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E PREFEITOS DO ESTADO DO CEARÁ - APRECE		
TITULAR	BISMARCK BARROS BEZERRA	AUSENTE
SUPLENTE	NICOLAS ARNAUD FABRE	

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - CBH		
TITULAR	KARLOS WELBY NÉRI PAIVA	✓ 
SUPLENTE	JOÃO MARCELO DE ANDRADE ALVES	✓ 

91

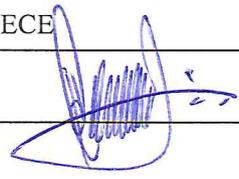
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS		
TITULAR	MARIA ZITA TIMBÓ ARAÚJO	√
SUPLENTE	ÁLVARO ERNESTO STUDART TELES	√

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE - SINDIÁGUA		
TITULAR	JADSON SARTO ÂNGELO OLIVEIRA DE PONTES	
SUPLENTE	ADAHIL PEREIRA DE SENA	√

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO CEARÁ - CREA		
TITULAR	MAILDE CARLOS DO RÊGO	√ 
SUPLENTE	FRANCISCO DE ASSIS BEZERRA LEITE	

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC		
TITULAR	RENATA MENDES LUNA	√ 
SUPLENTE	SAMÍRIA MARIA OLIVEIRA DA SILVA	

UNIVERSIDADE DE FORTALEZA - UNIFOR		
TITULAR	NISE SANFORD FRAGA	
SUPLENTE	BRUNO ARAGÃO MARTINS DE ARAÚJO	√

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE		
TITULAR	HELDER DOS SANTOS RORTEZ	√ 
SUPLENTE	ANDERSON DE OLIVEIRA LIMA	

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - FAEC		
TITULAR	JOÃO TEIXEIRA JÚNIOR	√ 
SUPLENTE	CARLOS BEZERRA FILHO	

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ - FIEC		
TITULAR	ANTÔNIO RENATO LIMA DE ARAGÃO	√ 
SUPLENTE	ELAINE CRISTINA DE MORAES PEREIRA	

SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONERH		
TITULAR	CARLOS MAGNO FEIJÓ CAMPELO	√
SUPLENTE	MÁRCIA SOARES CALDAS	√

ASSESSORIA JURÍDICA DO CONERH		
TITULAR	RICARDO VERAS PAZ	√ <i>RVP</i>
SUPLENTE	GERMANA DE MATTOS B. GÓES GIGLIO	
	ANA CLÁUDIA FERREIRA DUTRA FERNANDES	√ <i>Ana Cláudia Dutra Fernandes</i>